



TOCHA



8M: MULHERES VÃO ÀS RUAS CONTRA FEMINICÍDIO E EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Pág 4

PROTESTO NA SEXTA-FEIRA (6), 17H, PRAÇA AFONSO PENA

AÇÃO DO SINDICATO BARRA MUDANÇA NA MARCAÇÃO DE PONTO DA REVAP PÁG. 2
GREVE NACIONAL PETROLEIRA MOSTRA FORÇA DA CATEGORIA PÁG. 3

AÇÃO DO SINDICATO BARRA MUDANÇA NA MARCAÇÃO DE PONTO DA REVAP

A Justiça do Trabalho de São José dos Campos concedeu uma liminar, no dia 17, proibindo a Revap de alterar o local de marcação de ponto dos trabalhadores. Além disso, fixou multa de R\$ 100 mil, por dia, em caso de descumprimento.

A decisão é resposta a uma ação movida pelo Sindipetro-SJC que recorreu à Justiça para evitar que a refinaria alterasse um procedimento adotado há mais de 20 anos. Afinal, os trabalhadores sempre marcaram o ponto na chegada à refinaria, antes de se dirigirem aos postos de trabalho.

Antes de mover a ação, o Sindicato acionou a GRTE (Gerência Regional de Trabalho e Emprego) que notificou a Revap da irregularidade.

O anúncio dessa mudança foi, inclusive, um dos motivos da mobilização dos trabalhadores da refinaria durante a Greve Nacional Petroleira.

Em sua defesa, a Petrobrás alegou à Justiça que a mudança era uma simples adequação à nova re-



forma trabalhista, que agora determina que o tempo entre a residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho não é mais considerado como jornada de trabalho.

Na sentença, o juiz Bruno da Costa Rodrigues discordou da empresa e destacou que a mudança contrariava a norma internacional de direitos humanos, que considera como "local de trabalho" onde o tra-

balhador está sob controle direto ou indireto do empregador. Portanto, a partir do momento que atravessa os portões da refinaria.

"A luta dos trabalhadores foi importante pra garantir essa vitória. Esperamos que a empresa tenha entendido o recado: não vamos tolerar ataques e retirada de direitos!", disse o presidente o Sindipetro-SJC, Rafael Prado.

MPT ACATA DENÚNCIA E VAI APURAR CONDUTA ANTI-SINDICAL DA REVAP DURANTE A GREVE

O MPT (Ministério Público do Trabalho) decidiu acatar denúncia do Sindipetro-SJC e instaurar um procedimento para investigar possíveis condutas antissindicais da empresa durante a Greve Nacional Petroleira.

Em seu despacho, emitido no dia 17, a procuradora Celeste Maria Ramos Marques Medeiros foi clara ao afirmar que "os reiterados comunicados aos trabalhadores com ameaças de descontos dos dias não trabalhados, bem como

reflexos em outros direitos, caracteriza-se como ato de constrangimento dos trabalhadores e apenas reforça os indícios apresentados na denúncia quanto à postura antidemocrática da empresa frente aos movimentos grevistas".

A procuradora citou ainda que a postura adotada pela empresa configura ameaça e não é condizente com os preceitos constitucionais de liberdade sindical.

No seu despacho, ela recomendou à empresa que atos de igual

natureza sejam suspensos pela Petrobrás e informou que a empresa será, em breve, chamada para uma audiência.

"Foram vários os episódios em que a Revap agiu de forma antissindical, principalmente durante a greve. É inadmissível que a Petrobrás continue tentando intimidar os trabalhadores a não lutarem por seus direitos", disse o diretor do Sindipetro-SJC, Luís Sendretto.

GREVE NACIONAL PETROLEIRA **MOSTRA FORÇA DA CATEGORIA**

A mais forte greve petroleira desde 1995 forçou a Petrobrás a recuar das punições e a abrir negociação no Tribunal Superior do Trabalho (TST). A primeira reunião aconteceu no dia 21, com representantes da FNP e FUP. O Sindipetro-SJC também esteve presente.

A mediação garantiu o cancelamento das advertências aplicadas durante a greve e a empresa se comprometeu a não punir aqueles que participaram do movimento.

Sobre os dias parados, ficou acertado que metade será compensada em banco de horas e metade será descontada dos trabalhadores. A empresa irá devolver os valores a mais descontados, em folha suplementar neste dia 6.

Demissões na Fafen

Já as demissões na Faden Araucária, que seguem suspensas pela Justiça até o dia 9, serão tema de outra reunião. A força da greve garantiu negociação sobre o plano de



Protesto em apoio à greve petroleira reuniu 15 mil no Rio de Janeiro

hibernação da fábrica, com participação do sindicato da categoria.

Greve foi só o começo

A forte greve logo no início do ano foi fundamental para acumular forças para encarar a luta em defesa do ACT 2020, por PLR e contra a privatização da Petrobrás, que deve acelerar nos próximos meses.

"Castello Branco teve de apelar às arbitrariedades da justiça e nem assim conseguiu barrar a greve, que chegou a 20 dias. Com isso, os petroleiros mostraram que vão lutar para defender o patrimônio nacional da sanha privatista de Bolsonaro," afirma Rafael Prado, presidente do Sindipetro-SJC.

NA REVAP, GREVE DENUNCIOU VENDA DA PETROBRÁS



Na Revap, os trabalhadores iniciaram a mobilização com cortes intercalados, no dia 1º, e avançaram para cortes ininterruptos a partir do dia 8.

A greve possibilitou aos petroleiros abrirem um diálogo com a sociedade sobre os efeitos negativos da venda da Petrobrás. Além de aumentar o preço dos combustíveis e do gás de cozinha, a venda da estatal está provocando perda de direitos e fechamento de postos de trabalho, agravando ainda mais o quadro de desemprego no país.

Para denunciar esta situação, os petroleiros da Revap realizaram a ação "Gás a preço justo" (foto), que vendeu 200 botijões a R\$ 40. A ação foi realizada em conjunto em várias cidades do país e serviu para furar o cerco imposto pela grande imprensa à greve.

DIAS 6 E 18: CENTRAIS CHAMAM LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS E DA DEMOCRACIA



Mulheres protestam contra violência e feminicídio

Novas lutas em defesa dos direitos e da democracia estão sendo convocadas pelas centrais sindicais em todo país, nos dias 6 e 18. Todos os petroleiros estão convidados a participar!

No dia 6, a mobilização será pelo Dia Internacional de Luta das Mulheres. No dia 18, quando acontece a greve nacional da educação, a luta será unificada com várias categorias do país, em resposta à escalada autoritária do presidente Jair Bolsonaro.

Basta de feminicídio

Este ano, a luta das mulheres está centrada na denúncia do feminicídio, que vem crescendo no país, enquanto os programas federais de combate à violência doméstica são cada vez menores.

A violência do machismo também é alimentada pelas declarações misóginas de Bolsonaro, que sempre depreciam a mulher.

Ditadura nunca mais!

A cada mês, o presidente Jair Bolsonaro eleva o tom de ameaça às liberdades democráticas. A última foi a convocação de protestos que pe-

dem o fechamento do Congresso e do STF.

A escalada de autoritarismo do governo tem apenas um objetivo: impedir a resistência dos trabalhadores à retirada de direitos e à venda do patrimônio nacional, aplicadas pelo governo.

Os trabalhadores não podem apoiar iniciativas de cunho autoritário, que reivindiquem o fechamento do Congresso e do Supremo, ainda que estas instituições atuam majoritariamente na defesa dos interesses da minoria da população.

"Nos dias 6 e 18, vamos às ruas defender nossos direitos e a democracia. Daremos uma resposta ao governo: ditadura, nunca mais!" afirma a diretora do Sindicato Silvia Carvalho.

CALENDÁRIO UNIFICADO DE LUTAS

• 6/3 - Protesto às 17h, Praça Afonso Pena SJC

• 18/3 - Dia Nacional de Lutas, Protestos e Paralisações - Em defesa dos serviços públicos, empregos, direitos e democracia



PETROLHEIRO

Diminuição de efetivo

O Sindicato foi informado que, na ETDI, o novo gerente da TE está querendo diminuir o efetivo, que já é pequeno, de dois para apenas um operador. Mais uma vez alguém que desconhece a realidade do setor tenta aparecer com uma solução mágica para garantir seus pontos. Será que é para aumentar o PPP? Com segurança não se brinca!

Lista de "meia-dobra"

As gerências da Revap estão se movimentando para articular uma lista de "meia dobra". Isso significa que a empresa está coagindo os trabalhadores para que fiquem de sobreaviso permanente, prontos para entrarem no trabalho antes do horário, sempre que o gerente julgar necessário. É assim que a Revap pretende lidar com a falta de efetivo?

Alteração dos stifs

Trabalhadores de várias áreas estão sendo coagidos a alterar seus stifs dos últimos cinco anos. Uma medida totalmente irregular, já que o banco de horas foi acordado apenas no último ano e é válido apenas por um ano. A situação está sendo analisada pelo jurídico do Sindicato. Enquanto isso, a orientação é: não assinem e não alterem nada!